



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 640176 - RR (2021/0013391-4)

**RELATORA** : MINISTRA LAURITA VAZ  
**IMPETRANTE** : EDNALDO GOMES VIDAL E OUTROS  
**ADVOGADOS** : EDNALDO GOMES VIDAL - RR000155B  
BRUNA SABRINA REIS DA SILVA - RR001551  
ARIÁDNE MIRANDA DA COSTA - RR002194  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA  
**PACIENTE** : D E D (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA

### DESPACHO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de D E D em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA (HC n. 9002389-85.2020.8.23.0000).

Noticiam os autos que o paciente foi preso preventivamente e denunciado como incurso no art. 213 do Código Penal.

O impetrante informa que requereu ao magistrado singular a revogação da custódia do acusado em 23.12.2020, tendo o pleito sido distribuído apenas em 6.1.2021.

Esclarece que, além do referido pedido, em 24.12.2020 impetrou *habeas corpus* perante a Corte de origem, no qual se determinou que a autoridade impetrada prestasse, no prazo de 5 dias, informações sobre a ausência de audiência de custódia.

Afirma que em 7.1.2021 o remédio constitucional foi redistribuído a outro relator, sendo que, até a presente data, o pedido de liminar não teria sido apreciado.

Aduz que a falta de julgamento do *mandamus* originário e o excesso de prazo em sua tramitação caracterizariam negativa de prestação jurisdicional.

Alega que a ausência de audiência de custódia ensejaria a ilegalidade da segregação antecipada, consoante decidido pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da Rcl n. 29.303 AgR/RJ.

Argumenta que não haveria contemporaneidade entre o decreto construtivo e os fatos imputados ao réu, que teriam sido praticados em 2016, ou seja, há mais de 4 anos.

Assevera que não estariam previstos os requisitos necessários para o encarceramento provisório, previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Ressalta que o paciente é diabético e hipertenso, integrando o grupo de risco do coronavírus, razão pela qual faria jus à prisão domiciliar.

Pondera que o acusado é médico e atua no combate à covid-19, destacando que a manutenção de sua custódia acarretaria prejuízos à sociedade, que necessita de atendimento por profissionais, notadamente os que possuem especialidade, como ele.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão de liberdade ao paciente, expedindo-se alvará de soltura em seu favor, ou, alternativamente, a substituição de sua custódia por prisão domiciliar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Considerando as peculiaridades do caso concreto, antes de apreciar o pedido de liminar, solicitem-se informações atualizadas ao Tribunal de Justiça do

Estado de Roraima, por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo, sobretudo acerca do andamento do HC n. 9002389-85.2020.8.23.0000.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência